



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

ROSÍ IMACULADA MARTINS

**Belo Horizonte
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica.

Profª. Orientadora Ma. Sandra Maria Glória da Silva.

**Belo Horizonte
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSÍ IMACULADA MARTINS

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 01/08/2015, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

Prof^a. Ma. Sandra Maria Glória da Silva - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof.(a)Dr.(a)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, 01 de agosto, de 2015.

Dedico este trabalho aos anjos que cantavam-me doces canções aos ouvidos, transmitindo-me calma quando um turbilhão de bombas estavam prestes a explodir nas trincheiras entre um capítulo e outro.

Minha imensa gratidão a DEUS, minha mãe: Maria do Carmo, meu esposo: Francisco, meus filhos: Jôsi, Josué e Viviane; meus netos e todos aqueles que me ajudaram na elaboração deste trabalho acadêmico.

Meu coração reza baixinho uma oração de agradecimento a todos que contribuíram com meu crescimento pessoal e profissional.

“A educação necessita tanto de formação técnica e científica, como de sonhos e utopia”.

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa que se segue apresenta análises e reflexões sobre “as dificuldades de aprendizagem das crianças dos anos iniciais de alfabetização” 1º Ano e 2º Ano do Ensino Fundamental. Neste trabalho, investiga-se com mais precisão tendo em vista que a relação entre letramento e alfabetização, as dificuldades de aprendizagem, estão ligadas à leitura e à escrita, trata-se de um tema altamente discutido nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que se prolonga nos anos vindouros.

Essa pesquisa tem como objetivo apreender como os professores veem a relação entre alfabetização e letramento nos anos iniciais de alfabetização, numa escola da rede municipal de Cláudio (MG), tendo como fundamentação teórica, vários autores: BELLÉS (2001), CORRÊA (2001), ESPÓSITO (1991), (2003), FERREIRO (1979), (1995), (2001), FREIRE (1986), (1991), GRIFFO (1996), KLEIMAN (1995), (1996), LEMLE (1991), OLIVEIRA (1997), PÉREZ (2001), SOARES (1998), (2000), (2001), (2003), que, com seus estudos e pesquisas, contribuem para melhoria da educação. Conclui-se que embora haja discussões sobre o tema na escola há pouca clareza por parte do professor frente a esse estudo.

O interesse pelo tema relação família-escola surgiu a partir da vivência como gestora na Escola Municipal Álvaro Ferreira Rodrigues. Entre as dificuldades que permeiam o cotidiano dessa escola destaca-se a reduzida interação da família dos alunos com o ambiente escolar. Conforme exposto no projeto político – pedagógico (PPP) dessa escola, a pequena participação da família tanto na vida escolar dos alunos quanto na gestão escolar indica que a parceria entre essas duas instituições precisa ser aprimorada.

Embora a Escola Municipal Álvaro Ferreira Rodrigues ofereça dentro de sua gestão democrática a liberdade de participação de todos os seus segmentos e comunidade escolar, tendo como visão a liberdade de expressão e estando sempre aberta para novas sugestões que possam contribuir para fazer desse espaço um ambiente saudável, principalmente participativo, aberto as novas propostas e sugestões.

Pretende-se por meio desse trabalho analisar a relação das famílias com a escola visando o desempenho escolar dos alunos. Inicialmente, realizou-se levantamento de produções acadêmicas sobre esse tema e notou-se que essa é uma dificuldade

enfrentada por muitas escolas atualmente. Em seguida, utilizaram-se as obras Emília Ferreiro (1995), Paulo Freire (1986) e Magda Soares (2003) para discutir e examinar os desafios a serem superados por esta instituição de ensino.

A partir desse estudo, percebeu-se a necessidade de ampliar o conhecimento acerca dessa escola e do local onde se encontra situada para que haja um trabalho de criação de novas atitudes tanto da parte das famílias quanto da escola. Além de criar formas adequadas de envolvimento com as famílias e mesmo aquelas pessoas que se identificam com os problemas da escola e colaboram de forma espontânea com ela.

Palavras-chave: Alfabetização e letramento. Leitura e escrita. Dificuldade de aprendizagem. Relação família-escola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO.....	13
3 FRACASSO ESCOLAR E O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA.....	17
4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	19
4.1 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E AS RELAÇÕES ENTRE AS REFERIDAS CONCEPÇÕES.....	21
4.2 AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	24
5 AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS FEITAS NA ESCOLA E OS RESULTADOS OBTIDOS.....	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
7 REFERÊNCIAS.....	36
8 APÊNDICE.....	38
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM.....	50

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades de aprendizagem têm sido um dos temas de estudos e debates especialmente na contemporaneidade em que surgem vários casos de crianças apresentando problemas como: troca de letras, pouco domínio do código da língua escrita, interpretação de textos, dentre outras defasagens.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de saber em que o ensino vem falhando para propiciar melhorias no mesmo. Nota-se também que este problema de aprendizagem se encontra frequentemente em escolas públicas e com alunos que não apresentam nenhuma patologia. Existe certa preocupação quanto ao aspecto pedagógico das instituições escolares, às metodologias de ensino utilizadas, à forma de como as instituições se organizam e certa preocupação quanto ao descaso do governo perante a educação.

Para explicar o fracasso que ocorre logo no início da escolarização, em que mais da metade dos alunos são reprovados, estão sendo evocadas causas de natureza social, econômica, cultural e educacional. A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções sociais e tem meio concreto de existência especialmente nas concentrações urbanas. (FERREIRO, 2001, p. 43).

Mas o problema é complexo e tem nítidas implicações sócio-políticas, pois repetência e “evasão”, baixo nível econômico da clientela e alto seletividade do ensino estão claramente associadas.

Portanto, este trabalho de pesquisa buscou verificar como os professores têm compreendido a relação entre alfabetização e letramento na formação cotidiana das crianças.

O processo de ensino-aprendizado na escola deve ser construído, então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança – num dado momento e com relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido – e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola, supostamente adequados à faixa etária e ao nível de conhecimento e habilidades de cada grupo de crianças. (OLIVEIRA, 1997, p. 62).

Sabe-se que o ensino é essencial para o sucesso das pessoas, por isto, questionou-se: Para os professores o que é alfabetizar? O que é letrar? Como eles compreendem a relação entre esses dois tópicos? Existem obstáculos na compreensão desses professores quanto à aprendizagem que se associam ao grau de letramento das crianças?

Diante essas perguntas, acredita-se que a criança desenvolve numa cultura letrada e expressa com facilidade, faz bom uso da linguagem escrita, necessitando neste sentido da intervenção do professor para que isso aconteça, contribuindo com a criança ao longo de seu desenvolvimento. Acredita-se que os professores não compreendem a relação entre letramento e dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, que se constituem em verdadeiros obstáculos. Acredita-se que diante desses obstáculos, a escola deve promover uma intervenção nas dificuldades no domínio do código da leitura e da escrita de forma significativa, ou seja, considere a inserção desses dois processos nos contextos sociais.

Em decorrência disso, uma pesquisa desse nível necessita investigar também sobre como estão sendo desenvolvidas às atividades em sala de aula, se o professor prioriza atividades relacionadas aos assuntos apresentados de forma atraente e criativa, possibilitando um bom desenvolvimento na aprendizagem.

Pressupõem que é preciso que os professores utilizem meios didáticos condizentes com as dificuldades apresentadas pelas crianças e que atenda a cada caso em específico, para que a criança possa adquirir capacidades e conhecimentos para ler e escrever com autonomia.

A tarefa da escola e do trabalho docente não é tanto ensinar (no sentido de mostrar, de transmitir, de transferir informação), como é também gerar condições e ambiente para o aluno aprender de forma autônoma, sendo impecado e ineficaz orientar o trabalho para a produção mecânica de modelos externos. (PÉREZ, 2001, p. 8).

Toda essa reflexão teve o propósito de apontar soluções cabíveis para sanar as dificuldades enfrentadas na aprendizagem através da compreensão de como se dá o processo de aquisição da leitura e da escrita de crianças no 1º Ano e 2º Ano do Ensino Fundamental de uma escola pública.

E ainda, de forma mais específica, foi pretensão da mesma:

- Aprofundar os estudos sobre o tema.
- Compreender os níveis de aprendizagem na construção da leitura e da escrita;
- Analisar a prática de Alfabetização de crianças com 6 e 7 anos, de uma escola pública.
- Investigar os métodos utilizados pelo professor na intervenção do processo de conhecimentos dos alunos;

Para alcançar os referidos objetivos fundamentou-se nas teorias de autores como: PÉREZ (2001), FERREIRO (2001), (1999), (1995), FREIRE (1991), (1986), CORRÊA (2201), LEMLE (1991), SOARES (1998), (2000), (2001), (2003), OLIVEIRA (1997), GRIFO (1996), ESPÓSITO (1992), (2003), KLEIMAN (1995), BELLÉS (2001), que estudam e questionam como se dá o processo de aquisição da leitura e da escrita, através de pesquisas que oferecem não somente bases teóricas para a reflexão da prática pedagógica, mas um estudo de investigação de preconceitos e equívocos lingüísticos.

Torna-se necessário perceber a alfabetização como um processo complexo, em que o ser humano deve ser considerado por completo. É a busca de estratégias novas por um professor capacitado e reflexivo que pode garantir e deve propiciar uma melhoria na educação.

Atualmente, discute-se muito sobre o assunto, com intuito de encontrar possíveis soluções num sentido de melhoria na qualidade de ensinar.

Para tanto, percebe-se que a criança que desenvolve numa cultura letrada e expressa com facilidade, faz bom uso da linguagem escrita, necessitando neste sentido da intervenção do professor para que isso aconteça, contribuindo com a criança ao longo de seu desenvolvimento.

Neste sentido, o presente trabalho teve como finalidade investigar o processo de construção do conhecimento para a melhoria da educação e como os professores têm compreendido.

É claro que, além dos conhecimentos básicos, o alfabetizador precisa de outros dons para sair bem. Ele deve ter respeito pelos alunos, evitar o papel de cúmplice de um sistema interessado em manter esmagada uma

grande parte do seu povo, confiar na capacidade de desenvolvimento dos alunos e ter criatividade e inventividade, iniciativa, combatividade e fé em sua capacidade de tornar esse mundo melhor. (LEMLE, 1991, p. 06).

Para isso, foi realizada uma observação sistemática das turmas dos anos iniciais de Alfabetização – 1º Ano e 2º Ano, em uma escola pública, do Município de Cláudio – MG, buscando subsídios para a melhoria do trabalho docente.

Tratou-se de um momento também para verificar o que os docentes que estão atuando conhecem sobre o processo de aquisição da leitura e escrita dos alunos, analisando os textos trabalhados na sala, o material didático utilizado e relacionar as respostas obtidas nos questionários com os alunos e com os professores.

Este trabalho se constituiu de reflexões que abrirão caminhos para que os professores reflitam sobre as suas práticas e busquem novas respostas e novos conhecimentos para o ensino aprendizagem de alunos que apresentam dificuldades. Para tanto, esse trabalho foi direcionado à seguinte ordem: além desse capítulo, seguem posteriormente o segundo capítulo que apresenta uma reflexão sobre o processo de alfabetização, focalizando a preocupação sobre o processo de alfabetização, como se deve ensinar a ler e a escrever. No terceiro capítulo é apresentado o resultado da pesquisa empírica, com análise dos dados obtidos e pôr fim tecem-se as considerações finais.

2 PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização, antigamente, era vista como um processo de aquisição de uma técnica para codificar a linguagem oral (escrever) e decodificar a escrita (ler). Os métodos de ensino não exploravam os conhecimentos prévios dos alunos, não aproveitavam a sua bagagem sobre a leitura e a escrita, deixando de lado o contexto social em que se encontram inseridos.

Na contemporaneidade, há certa preocupação sobre as questões do processo de alfabetização, sobre como se deve ensinar a ler e a escrever. Segundo Ferreiro (2001, p.3) "... o processo de alfabetização começava e acabava entre as quatro paredes da sala de aula e que a implicação correta do método adequado garantia ao professor controle do processo de alfabetização dos alunos". Soares (2003), p. 15, afirma que "a alfabetização é um processo permanente, que se estendia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita". Assim sendo, a alfabetização vai muito mais além do saber ler e escrever envolve a compreensão do significado do que é lido e escrito construindo conhecimento que será utilizado no cotidiano.

Segundo Ferreiro (1995), em seu livro "Reflexões sobre a alfabetização", a autora apresenta a alfabetização como um processo de representação, em que a escrita é concebida como objeto do conhecimento da criança no qual a aquisição desse sistema acontece por estágios, enfatizando os aspectos construtivos das produções infantis, com características específicas de cada nível da aprendizagem da língua escrita.

Cabe ao professor observar cada um dos níveis e procurar trabalhar no momento certo para não prejudicar as crianças que estão sendo alfabetizadas. Segundo Emília Ferreiro (1995), Ana Teberosky (2003), há uma seqüência quanto ao período de fonetização da escrita, que pode ser subdividido em níveis, assim constituídos:

No pré-silábico, que se subdivide em várias etapas. Na Garatuja, a escrita é representada através de desenhos, a criança pensa que já está escrevendo. Posteriormente, a criança compreende que neste nível, escrever é reproduzir traços

típicos da escrita. A criança usa um conjunto de letras para representar a escrita que se assemelha à do adulto. Procurando variar os caracteres empregados. A criança descobre que para ler coisas diferentes, deve haver uma diferença objetiva na escrita.

Assim sendo, toda criança que não percebe nenhum tipo de correspondência entre o som e a escrita é denominada pré-silábico. A criança, então, passa a fazer as tentativas no sentido de atribuir o valor sonoro a cada uma das letras que compõem a escrita. Esse nível se dá quando as crianças colocam qualquer letra para qualquer sílaba. As consoantes e as vogais podem ter um valor silábico e sonoro em função do nome que se deseja escrever. O nível silábico torna-se essencial no processo de alfabetização.

Segundo Ferreiro (1979), a criança passa para o nível que marca o final da evolução, o nível alfabético, nesse nível a criança já franqueou a barreira do código. Percebe o som de cada letra. A partir desse momento, a criança se defronta com as dificuldades próprias de ortografia, mas não terá mais problemas de escrita, no sentido restrito.

A alfabetização torna-se, portanto, um rico processo com sérios desafios a superar, o que torna o trabalho docente difícil e requer valorização. Precisa, portanto, de professores esforçados, que busquem no dia-a-dia das crianças a forma mais fácil de ensinar-lhes a ler e a escrever, de ir à busca de alternativas e de vontade de aprender. Deve-se levar em conta, que o primeiro contato da criança com a leitura e a escrita não acontece na escola, ela traz consigo a sua história é um ser em processo de construção desde a sua concepção.

A criança necessita de um ambiente alfabetizador que encontre subsídios que lhes possibilite o ingresso no mundo letrado. Para Bellés (2001), p. 67, “O fato de viverem ou não em ambientes alfabetizados e letrados influenciará a possibilidade de disporem de maior ou menor acesso aos informadores e à informação escrita”.

Por ser a alfabetização um processo de construção, torna-se necessário o conhecimento do processo de aprendizagem da escrita pela criança, criando estratégias para que as crianças avancem de um estágio para outro até que consigam vencer suas dificuldades. Observa-se que a alfabetização não é um

processo mecânico entre dois sistemas de representação: ler e escrever, que não podem ser reproduzidos simplesmente ao domínio do sistema gráfico. É preciso considerar elementos significativos do processo que conduzam ao sucesso ou ao fracasso durante a aquisição da escrita e da leitura. A alfabetização vai além da aquisição da leitura e da escrita, envolvendo compreensão do que é lido e escrito, construindo, assim, o conhecimento que poderá ser utilizado no cotidiano.

Ler e escrever são atividades cognitivas que exigem conhecimentos da língua escrita e falada, pois existem crianças que são capazes de decodificar, mas incapazes de compreender o que decodificam. Freire (1986, p. 21), faz uma crítica à prática de alfabetização dizendo: '[...]reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse enchendo com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizadores (p.21).

Entende-se que a prática de alfabetização concebida dessa forma não visa uma aprendizagem significativa que valoriza o saber do aluno, tornando fragmentada a construção do conhecimento que ele vai vivenciando passo a passo, a cada etapa. Por não explorar o todo para uma compreensão clara da leitura e da escrita, muitas vezes, torna-se um ensino transmissivo que limita o aluno a apenas memorizar e reproduzir o que é ensinado. Diante disso, o professor deve propiciar a imersão das crianças na cultura escrita, fazendo com que as mesmas participem de experiências variadas com a leitura e a escrita, interajam com diferentes tipos e gêneros de material escrito, que construam uma consciência fonológica, assegurando a identificação das relações fonema-grafema, possuindo habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, conhecimento e reconhecimento dos processos de tradução da forma da fala para a forma gráfica da escrita.

Não há um método para a aprendizagem inicial da língua escrita, há múltiplos métodos. Além disso, as características de cada grupo de crianças, e até, de cada criança, exigem formas diferenciadas de ação pedagógica.

No entanto, é necessário que o educador desenvolva um trabalho que valorize as experiências das crianças, despertando nelas a curiosidade e o desejo de aprender e conhecer, tornando-as “sujeito de seu conhecimento”. Para desenvolver um trabalho que contribua para uma formação crítica do aluno, é preciso que o professor

reflita sobre a prática pedagógica, aprofunde seus conhecimentos, busque estar sempre atualizado. Freire (1986, p. 86) afirma que “não há prática sem teoria e nem teoria sem prática”.

Para um bom desempenho dos alfabetizandos é necessário que os alfabetizadores reflitam sobre as suas práticas e busquem novas alternativas, aproveitando as situações em sala de aula, dando oportunidades às crianças de ler criticamente e de escrever seus textos utilizando palavras do seu próprio contexto.

3 FRACASSO ESCOLAR E O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

De acordo com as ideias sobre o processo de alfabetização já apresentadas, é necessário analisar a relação entre o fracasso escolar e o ensino da língua materna.

Na maioria das vezes, os educadores tentam explicar o sucesso ou o fracasso escolar e centram suas explicações nos alunos e em suas famílias, apontam exclusivamente as condições sócio-culturais dos alunos e de suas famílias como as responsáveis pelo fracasso dos estudantes nas escolas. Corrêa (2001, p. 31) afirma que: “o fenômeno do fracasso escolar é complexo, envolvendo tanto os fatores sociais escolares, quanto os relacionados ao aluno (fatores culturais, afetivos, cognitivos e orgânicos)”. Mas é preciso também enfatizar que os fatores pedagógicos também influenciam no fracasso escolar.

É muito importante considerar outros fatores como a motivação, a auto-estima do aluno, a participação dos pais, a atuação do professor, o seu apoio, e a insistência diante dos obstáculos encontrados.

Neste sentido, percebe-se que os indivíduos vão construindo seus conhecimentos, assimilando as limitações do contexto da vida cotidiana. Agindo, assim, o processo de aprender deixa de ser mecânico e passa a ser uma construção ao longo da vida.

Estudos sobre o fracasso escolar no processo de alfabetização no Brasil, nas últimas décadas, têm revelado que não são alunos de todas as classes sociais que apresentam problemas no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Análises sobre o fracasso na primeira série do ensino fundamental evidenciam que este se encontra quase sempre, relacionado à origem social das crianças que fracassam em sua grande maioria elas pertencem às camadas dos favorecidos da população (GRIFFO, 1996, p.10).

Percebe-se que uma das causas do fracasso no processo de aquisição da leitura e escrita pode estar relacionada ao grau do letramento das classes populares, a sociedade atual se acha cada vez mais centrada na escrita. Não basta apenas ler e

escrever, dominar codificação e decodificação do alfabeto, é importante perceber qual é a função social da escrita e da leitura. Segundo Griffo (1996),

O processo de aquisição da leitura e da escrita não se coloca como referencial de análise no conjunto da Psicologia Clínica, pois seu pressuposto norteador é o de que, se estado afetivo – emocional da criança estiver saudável conseqüentemente, ela não apresentará problemas de aprendizagem. Desta forma, as variáveis do processo ensino – aprendizagem não se encontram integradas no arcabouço de análise da abordagem dos transtornos afetivos e familiares (GRIFFO, 1996, p. 20).

De acordo com vários estudos, o que determina a aprendizagem da leitura e da escrita são as idéias e conceitos que a criança vai construindo, a partir da observação de pessoas realizando atos de leitura e escrita, manuseio de livros, revistas, jornais, despertando curiosidades de como se lê e como se escreve.

Sem dúvida, uma criança de meio sócio-econômico mais favorecido tem maior oportunidade de estar em contato com mais variadas situações de leitura e escrita. No seu dia-a-dia, depara-se com seus pais lendo jornais, revistas, livros, lendo uma bula de remédio e até vendo a mãe preparando uma receita culinária. O mesmo não acontece com crianças da classe menos favorecida que tem pouco contato com os diversos portadores de texto, (materiais escritos) e não vê, ou raramente vê o pai ou a mãe praticando leitura e escrita. Assim, torna-se difícil para essa criança compreender o processo da leitura e da escrita, não por incapacidade, mas por falta de oportunidades de vivenciá-la. Nestes casos, fica a cargo de a escola propiciar à criança oportunidade de conviver com situações de leitura e escrita, apresentando vários tipos de textos, dando oportunidade de descobertas sobre a leitura e a escrita.

Segundo Soares (2003), no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, quando a criança ingressa na escola, ela é alfabetizada, ou seja, se apropria do sistema convencional da escrita e da leitura, juntamente com o que já foi adquirido culturalmente na sua prática social, vivenciada desde o seu nascimento que envolve a língua escrita – o letramento. Portanto, a alfabetização é um processo que se dá no contexto de e por meio das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que ela possa aprender no convívio em sociedade.

4 Alfabetização e letramento

As atividades de leitura e escrita têm sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, sobretudo nas últimas décadas em que vem crescendo o grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem. Sabe-se que a sociedade em geral está cada vez mais centrada na escrita. A todo o momento, multiplicam-se as situações de práticas de leitura e de escrita se preocupando cada vez mais com o analfabetismo. Essa preocupação se justifica porque nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a cultura e responder às demandas de hoje.

Num mundo complexo como este, para a sobrevivência é indispensável uma formação sólida, uma educação que possibilite às crianças uma participação no cotidiano, de maneira ativa, reflexiva, colaborando para que compreendam a própria realidade.

Na década de 80, no Brasil, ocorre uma grande necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita, que se deve ir além do saber ler e escrever, isto é, se reconhece a insuficiência do termo alfabetização e para designar a complexidade do processo, com isso se dá a adoção do termo letramento.

Inicialmente usava-se o termo “Alfabetizado” para aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como o que sabia escrever seu próprio nome; com o tempo, para aquele que fosse capaz de escrever um bilhete simples. Após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo deverá não só ler e escrever, mas também fazer uso da leitura e da escrita. Percebe-se, pois, uma progressiva extensão do conceito de alfabetização ao conceito de letramento.

O letramento não é apenas conhecimento, é acima de tudo envolvimento, prática, atividade, é o estado em que vive o indivíduo que exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive; saber ler e ler jornais, revistas, livros; saber interpretar tabelas, quadros, contas, escrever cartas sem dificuldades.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades do uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se, no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é em dependência da alfabetização.(SOARES,2003, p. 59).

A alfabetização é um componente do letramento. Não se deve entender o letramento como a superação da alfabetização. É importante se alfabetizar letrando, isto é ensinar a ler e escrever a partir do contexto das práticas sociais para tornar o indivíduo ao mesmo tempo, alfabetizado (domínio do código escrito) e letrado (uso social da escrita).

A alfabetização não pode ser reduzida a uma tecnologia ou técnica de leitura e escrita. Ser uma pessoa letrada não significa ser alfabetizada. O uso do termo letramento como alfabetização é uma forma de contrapor ideologicamente a uma tradição no contexto da educação reduzindo a alfabetização ao domínio do código.

Alfabetização e letramento são duas temáticas essenciais para o desenvolvimento da leitura e da escrita, uma vez que a primeira torna o indivíduo capaz de ler e escrever, a outra o condiciona além da decodificação oral da escrita, permitindo a ele interpretar, analisar e, sobretudo, criar suas estratégias.

4.1 Concepção de alfabetização e letramento e as relações entre as referidas concepções

Atualmente, muito se tem falado e escrito sobre as dificuldades da escola brasileira, em cumprir sua tarefa de alfabetizar e de introduzir nas práticas afetivas a leitura e a escrita. Para analisarmos precisamente o que acontece no processo ensino-aprendizagem, comecemos pelo conceito de alfabetização.

Etimologicamente, alfabeto significa a disposição convencional das letras de uma língua, já alfabetização não ultrapassa o significado de levar a aquisição do alfabeto.

[...] ensinar a ler e a escrever, pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na configuração das habilidades básicas de leitura escrita na definição da competência em alfabetização. (ESPOÓSITO, 1992, p. 15).

Pode-se considerar que a alfabetização nada mais é do que o processo de aquisição do código da escrita, das habilidades de leitura e escrita. Para Paulo Freire, (1991) o conceito de alfabetização tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”. (FREIRE, 1991, p. 68). Como já foi dito, o conceito de alfabetização implica em relacionar fonemas em grafemas. Isso acontece pelo fato de existir uma correspondência entre o oral e o escrito, uma vez que, na língua escrita, é preciso explicitar muitos detalhes que, na língua oral, são expressos por meios não-verbais. “O que o alfabetizando deve construir para si é uma teoria adequada sobre a relação entre sons e letras na língua portuguesa”. (Lemle, 1984, p. 41).

É preciso ressaltar que a qualidade no processo de alfabetização depende das características culturais, econômicas e tecnológicas. Percebe-se que o problema das diferenças dialetais é predominante pelas perspectivas sociais. Existem diferenças no processo de alfabetização nas sociedades culturais, ou seja, a distância do

dialeto oral e escrito se torna diferente em cada região. Essas diferenças alteram, de acordo com Espósito,

O processo de alfabetização não ocorre da mesma maneira em diferentes regiões dos países, porque a distância entre cada dialeto geográfico e a língua escrita não é a mesma (sobretudo no que se refere à correspondência entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico) _ esta seria uma das (poucas) razões para a existência de cartilhas regionais.

Outro exemplo, sem dúvida mais grave para a realidade brasileira do que o exemplo anterior é a natureza do processo de alfabetização, que convive com falantes de um dialeto oral mais próximo da língua escrita (a chamada "norma padrão culta") e que têm oportunidade de contato com material escrito (por intermédio, por exemplo, de leitura que lhes são feitas por adultos), é muito diferente da natureza do processo de alfabetização de crianças das classes populares, que dominam um dialeto em geral distante da língua escrita e têm pouco ou nenhum acesso a material escrito) (ESPÓSITO, 2003, p. 20).

Entende-se que a língua oral e a escrita servem a diferentes funções de comunicação, são usadas com diferentes objetivos variam de comunidade (geográfica ou social) para comunidade. Diante deste contexto, de acordo com Espósito existem diferenças sobre o processo de alfabetização nas sociedades culturais, à distância do dialeto oral e escrito se torna diferente em cada região. Soares (2003) afirma que "a alfabetização é um processo permanente, que se estenderia por toda a vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita" (SOARES, 2003, p. 15).

A alfabetização vai além da aquisição da leitura e da escrita, envolvendo compreensão do significado do que é lido e escrito, construindo assim, o conhecimento que poderá ser utilizado no cotidiano, cabe ao alfabetizador estabelecer situações que asseguram aos alunos plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita, nota-se que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis.

Partindo da análise etimológica da palavra letramento, Soares (2000) explica que:

[...]a palavra literacy (letra) vem do latim litera e o sufixo-mento, que denota o resultado de uma ação (como por exemplo, em ferimento ao resultado da ação de ferir). Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e a escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo

social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. (SOARES, 2000, p. 18).

Kleiman (1995, P. 19) define o termo “letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contexto específico, para específicos” Para a autora, a visão de letramento é o desenvolvimento de algumas habilidades, determinando uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita, essas habilidades revelam as práticas que desenvolvem a capacidade de uso, no cotidiano, de diferentes tipos de materiais escritos.

Segundo Soares, letramento refere-se à “condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais da escrita”. (SOARES, 2000, p. 47). Considerando que letrar é muito mais que alfabetizar, e que é de responsabilidade de todos os que estão envolvidos no processo de formação das crianças, futuros cidadãos, é necessário oferecer novos conhecimentos e apontar novas competências que ampliam os conhecimentos sobre os usos sociais da leitura e da escrita.

4.2 As práticas de alfabetização e letramento

Definir alfabetização e letramento requer uma leitura crítica reflexiva que analise as condições para ensinar a ler e a escrever, sobretudo é pensar nas condições que os alfabetizados têm para se envolverem em práticas sociais de leitura e escrita, dentro do contexto em que estão inseridos para desenvolverem um trabalho eficiente.

Freire faz uma crítica à prática de alfabetização dizendo: “... reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ao das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse enchendo com suas palavras as cabeças supostamente “várias” dos alfabetizados.” (FREIRE, 1986, p. 22).

Entende-se que a alfabetização, concebida dessa forma, não visa uma aprendizagem que valoriza o saber do aluno, tornando fragmentada a construção do conhecimento o qual ele vai construindo passo a passo, a cada etapa. Muitas vezes, por não explorar o todo, para uma compreensão da leitura e da escrita, torna-se um ensino transmissivo que limita o aluno a apenas memorizar e reproduzir o que é ensinado.

A alfabetização mecânica contribui para uma boa formação do leitor/escritor, cabe ao professor possibilitar a compreensão da leitura e da escrita pelos alunos, durante o processo de alfabetização, contribuindo para uma formação crítica do leitor/escritor, criando estratégias adequadas que estimulem a “leitura de mundo” que cada um traz junto às suas vivências na família e na sociedade. É preciso que o professor reflita sobre as suas práticas e busque nova alternativa para trabalhar junto a seus alunos, aproveitando a bagagem que ele traz consigo, escrevendo seus textos utilizando palavras de seu próprio contexto.

Na verdade, estudos sobre o fracasso escolar no processo de alfabetização, nas escolas brasileiras, têm revelado que nem todos os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita. Análises sobre o fracasso nas primeiras séries do ensino fundamental evidenciam que este se encontra sempre relacionado à origem social das crianças, ou seja, as camadas desfavorecidas da população.

O tema das Dificuldades de Aprendizagem foi identificado por Soares (1989). A partir da década de setenta, tornou-se presente entre as questões relacionadas à aquisição da linguagem escrita.

Como, já foi comprovado, Alfabetização e Letramento são processos diferentes cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis para a formação do indivíduo. É importante conciliar esses dois processos, assegurando aos alunos a apropriação do sistema alfabético-ortográfico, a plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e, sobretudo, contribuindo para a formação de cidadãos competentes e autônomos.

No capítulo seguinte é apresentada a pesquisa empírica com análise dos dados obtidos.

5 PERCEPÇÃO DE DOCENTES E DISCENTES SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.

Diante do estudo teórico realizado anteriormente, faz-se a apresentação da pesquisa empírica realizada, apresentando os resultados obtidos juntamente com a análise dos mesmos.

A partir dos objetivos propostos, o trabalho investigado realizou-se através dos seguintes procedimentos: observação e questionário. O questionário foi aplicado a duas professoras da rede pública, em uma escola do Município de Cláudio e com alunos entre 8 e 9 anos, com o intuito apreender como se dá o processo ensino aprendizagem.

O professor deve levar em conta que o conhecimento referente à prática do letramento na escola e o ler contribui significante para a formação pessoal e social do aluno. A pessoa quando se torna letrada passa a agir de forma diferenciada. Nesse sentido,

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter outra condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar o nível de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto com os bens culturais torna-se diferente. (SOARES, 2001, p.31).

Analisando os questionários sobre alfabetização e letramento realizados com duas professoras que lecionam nas séries iniciais, numa escola da rede pública do município de Cláudio, percebe-se que elas detêm os conhecimentos necessários à prática do letramento na escola. As duas professoras possuem o 3º grau completo, uma é formada em Matemática licenciatura plena e a outra tem o Curso Normal Superior. Tiveram interesse em responder as indagações feitas sobre o processo de alfabetização e letramento.

Anexo:

O hábito de ler.

- 1- Que tipo de texto você lê?
- 2- O que é alfabetizar para você?
- 3- E letrar?
- 4- Quais as diferenças entre alfabetizar e letrar?
- 5- Como se pode dizer que uma criança está alfabetizada?
- 6- Como se pode dizer que uma criança está letrada?
- 7- O fato de crianças não serem letradas previamente tem alguma relação com o fracasso escolar?

Quanto à primeira pergunta as professoras responderam que sim e dando seqüência à segunda pergunta responderam que lêem.

“Os textos que lido com eles na escola, textos informativos, jornais, revistas e alguns livros também”. (Professora 2º Ano).

“Geralmente os textos que me atraem são aqueles que facilitam meu trabalho em sala de aula, como: jornais, revistas, embalagens, etc.” (Professora 1º Ano).

A questão que enfatiza o que é alfabetizar foi respondida dizendo que não consiste apenas na decodificação e que essa ação tem um sentido amplo, não é apenas ensinar o aluno a decodificar.

Diante das respostas, considera-se que o processo de alfabetização é compreendido como “processo de construção do conhecimento” para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita de compreensão dos processos que envolvem o ler e o escrever, quando o mediador deve ser o professor, dando a

criança oportunidades diversas posicionando diante de qualquer situação, como foi citado no capítulo dois, Soares (2003) afirma que “a alfabetização é um processo permanente...”. No entanto, percebe-se abordando a questão letramento, pode-se se observar que uma das professoras tem clareza quanto ao termo letramento, enquanto a outra demonstra não compreendê-lo.

“O professor está proporcionando a vivência do aluno com a escrita e valorizando os conhecimentos prévios dele”.
(Professora 2º Ano).

“Letramento é o resultado das ações sociais, ou seja, o aluno ao chegar à escola traz consigo uma experiência já vivenciada no seu meio social, cabendo ao professor, analisar esses conhecimentos prévios através da escrita espontânea, músicas, transposições, etc. (Professora 1º Ano)”.

Uma das professoras demonstra em sua resposta que conhece a função de se letrar na escola. A outra apresenta maior dificuldade, talvez não tenha conseguido se expressar.

Segundo Soares (1998), letramento refere-se à condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas que cultiva e exerce as práticas sociais da escrita. Isto posto, vale ressaltar que alfabetização e letramento são conceitos que interpenetram, embora, a depender de quem fala e de onde fala, possam produzir significados distintos ou semelhantes.

Quanto a alfabetizar e letrar foi indagado qual a diferença entre esses dois processos sendo a pergunta: Quais as diferenças entre alfabetizar e letrar?

“Letrar é a codificação da língua escrita”.

“Alfabetizar é a decodificação da língua escrita”. (Professoras 1º Ano e 2º Ano).

Pode-se perceber que as professoras compreendem o termo “alfabetizar”, associam-no ao código, à idéia de decodificar símbolos e, “letrar” como condição daquele que usa a leitura e a escrita em seu cotidiano. Essa análise vem mostrar que os professores ainda estão confusos sobre a relação, mas cabe ressaltar que estes dois processos são inseparáveis, pois o processo do conhecimento se dá quando a criança lê e escreve, participa das práticas sociais e culturais existentes na sociedade.

Para as questões seguintes, como se pode dizer que uma criança está alfabetizada:

“Quando ela consegue codificar e decodificar qualquer tipo de texto”. (Professora 1º Ano)

“Quando esta consegue codificar e decodificar qualquer tipo de texto que circula na sociedade”. (Professora 2º Ano)

As respostas foram unânimes. Ambas fizeram uma ligação ao processo de codificar e decodificar, ler e escrever, interpretar qualquer tipo de texto. Alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. (SOARES, 2003).

Ao responderem como se pode dizer que uma criança está letrada:

“Quando ela consegue codificar e decodificar qualquer tipo de texto”. (Professora 2º Ano).

“A criança é letrada mesmo quando não está alfabetizada, pois ela é capaz de realizar tarefas do seu dia-a-dia como ir ao supermercado e comprar o que deseja”. (Professora 1º Ano)

No capítulo um, define-se que letramento não é apenas conhecimento, é acima de tudo, envolvimento, prática, atividade, é o estado em que vive o indivíduo que só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive.

A professora do 2º Ano responde que o indivíduo letrado é o que consegue codificar e decodificar qualquer tipo de texto, restringindo sua resposta. Logo não compreende o sentido do termo, embora preocupe-se com ação. Já a professora do 1º Ano vai mais além, considerando que letrar é mais que alfabetizar, é fazer com que o aluno se sobressaia bem na vida social, através da prática de leitura de vários tipos de textos que circundam no mundo globalizado.

Sobre o fracasso escolar a pergunta em questão se associa a inserção da criança no mundo da escrita relação disso com o fracasso escolar:

Não, porque sempre a criança já chega à escola com alguns conhecimentos prévios, cabe ao professor aproveitá-los, cada um a seu tempo certo. (Professora do 2º Ano)

Não, isso não acontece porque ela já tem os seus conhecimentos prévios e cada criança dependerá de maturação para aprender, ou seja, de tempos diferentes; algumas de menos tempo e outras de mais tempo. (Professora do 1º Ano)

Para as professoras, o fracasso escolar não tem nenhuma relação com o grau de letramento das crianças. Para elas, a criança traz consigo uma bagagem, ou seja, os seus conhecimentos prévios. Os professores dessa escola têm se preocupado muito com a questão do fracasso escolar. Segundo eles, apesar do número na escola não ser muito grande, há aqueles que não conseguem aprender e tem atendimentos especializados com: Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psicopedagogo e atendimento na Sala de Recursos.

Quanto aos alunos observados, o aluno A, do 1º Ano, respondeu o questionário dizendo que seu pai é lavrador, estudou em apenas uma escola até a 4ª série, tem casa própria, não assinam nenhum tipo de revistas e ou jornais, seus pais lêem muito pouco. Sua mãe trabalha em casa, estudou até a 4ª série e lê muito pouco. Esse aluno apresenta imaturidade, falta de apoio por parte dos pais. Já o aluno B,

do 2º Ano, também não tem acompanhamento da família. Seu pai é caminhoneiro e estudou até a 4ª série, sua mãe estudou até a 4ª série e trabalha em casa. Possuem casa própria, não assinam nenhum tipo de revista e ou jornais e que seus pais lêem muito pouco.

Já os alunos C e D, os quais são irmãos, encontram-se, um o 1º Ano e outro no 2º Ano. Ambos apresentam sérias dificuldades. O laudo médico diagnosticou desnutrição gestacional, o que não foi possível anexar o laudo por não ter conseguido adquiri-lo. A profissão de seu pai é lavrador e sua mãe trabalha em casa. Não assinam nenhum tipo de revistas e ou jornais, seus pais lêem muito pouco. O aluno do 2º Ano demonstra um interesse muito grande, porém não consegue assimilar o que lhe é ensinado. O aluno do 2º Ano é muito distraído, lento dificultando ainda mais a sua aprendizagem.

Em relação ao aluno E, foi apresentado um laudo médico, o que faz com que apresente dificuldades na aprendizagem. Faz uso de remédios controlados, não podendo em hipótese alguma ficar sem os mesmos.

Como se vê, são filhos de pais que trabalham em empregos de baixa remuneração, tais crianças não usufruem um ambiente rico que lhe propiciem uma convivência com gêneros textuais, o que facilita a aprendizagem dessas crianças.

Foram questionadas, cinco crianças estudantes. Três do 1º Ano e duas do 2º Ano de uma escola municipal de Cláudio. Ao analisarmos essas questões, verificamos que os problemas encontrados nessa escola, com relação as dificuldades de aprendizagem, têm características marcantes nas classes populares. Na classe menos favorecida é que se encontra um maior número de crianças com dificuldades de aprendizagem. Disseram-nos que os alunos com déficit de aprendizagem mais séria são aqueles cujos pais têm um poder aquisitivo menos elevado e aqueles cuja mãe ou pai não estudaram. As educadoras tentam ajudar, dando aulas de reforço. Mas tanto esforço acaba sendo em vão, pois segundo elas, não ganham suporte dos pais e recebem alunos com exercícios incompletos, cadernos rasgados, um verdadeiro transtorno.

Todo discurso afirma que o fracasso escolar é bem mais elevado nas classes menos favorecidas, tanto pela falta de incentivo de pais, como pela pouca convivência de portadores de textos, o que torna a aquisição da leitura e escrita bem mais complicada. Os professores questionados explicaram o problema maior dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Partindo do pressuposto de que letrar é mais que alfabetizar e que, é no ambiente escolar, que os alunos devem ser oportunizados à prática do letramento, percebe-se que as crianças são bem estimuladas com práticas pedagógicas voltadas para o letramento. Uma vez que em casa essas crianças certamente, não teriam condições de possuírem um ambiente rico em incentivo ao letramento.

As crianças se posicionaram diante das perguntas feitas no questionário, dizendo que em suas casas não há nenhum tipo de livro, não assinam nenhum tipo de revista ou jornal e não tem o costume de ver ninguém lendo. Já a escola após a avaliação diagnóstica e o PIP, procura oferecer várias sugestões de livros, com diversos gêneros textuais, através de jornais e revistas. Tendo acesso a esses gêneros com a mediação do professor, as crianças têm mais condições de se letrarem e de acompanharem as constantes transformações do mundo globalizado.

Quanto ao problema levantado: O que a escola deve promover para sanar os conflitos ocorridos na aprendizagem das crianças, que de certa forma encontram dificuldades no domínio do código da leitura e da escrita de forma significativa, a escola junto aos professores e todos os funcionários procura resolver os problemas na aprendizagem das crianças, sugerindo vários portadores de textos como incentivador na aprendizagem da criança, trabalhando com o Projeto: Minha escola e minha família leem, Caixa de correios, Mala surpresa, Parada literária e Sessões filosóficas.

Diante das hipóteses levantadas, uma foi negada, pois os professores dão muita importância às crianças com dificuldade de aprendizagem e procuram acompanhá-las de perto, para que possam superar as dificuldades encontradas. As outras duas hipóteses foram confirmadas, tendo em vista a importância que o professor dá

relacionadas às dificuldades apresentadas promovendo e utilizando meios didáticos condizentes com as dificuldades apresentadas.

Considerando a complexidade e a polêmica com relação às dificuldades de aprendizagem, cabe ressaltar a necessidade de que a escola e a sociedade caminhem juntas. Que passem a valorizar mais a educação, analisar as práticas de leitura e escrita, visando promover a alfabetização e o letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema em debate, “Alfabetização e Letramento” têm sido uma questão bastante discutida e atualmente vem recebendo especial atenção na busca de soluções para as dificuldades de aprendizagem, que hoje em dia são muito comuns na vida escolar das crianças.

As perguntas apresentadas no Anexo 2, respondido pelos alunos, permitiu-me também compreender o quanto é importante para um professor saber analisar as questões “sócio-culturais-econômicas” e que envolvem seu meio.

A escolha do tema as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, surgiu pelo fato de entender que a alfabetização é o momento mais importante da formação escolar de uma pessoa. Diante desse contexto, é importante que o professor esteja preparado para entender e estimular a construção da aprendizagem da leitura e da escrita procurando entender o grau de letramento da criança com o qual ele trabalha, sendo necessário considerar em sua prática escolar e todos os fatores envolvidos no processo de alfabetização.

Algumas hipóteses foram levantadas sobre as possíveis causas da dificuldade dessas crianças, sendo elas, questões sócio-culturais-econômicas. Tendo em vista essas hipóteses, a pretensão maior deste estudo centrou em observar como é desenvolvido o trabalho de alfabetização e letramento com as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem no momento da aquisição da leitura e da escrita, sendo proposta uma pesquisa empírica com professores e alunos.

Esta pesquisa teve a finalidade de averiguar as estratégias metodológicas utilizadas pela professora, se é condizente com realidade desses alunos e observar como é a atuação deles no processo de aquisição da leitura e da escrita.

METODOLOGIA

Foram efetivados os procedimentos de observação e aplicado os questionários com alunos e profissionais da educação, apresentando uma análise dos resultados obtidos durante a pesquisa.

Assim diante da pesquisa realizada e aqui apresentada, pode se concluir que quando o processo de alfabetização se dá aliado ao processo de letramento, as crianças tornam-se capazes de atuar ativamente na sociedade letrada em que convivem, compreendendo os portadores de textos que circulam a todo o momento e em todos os espaços.

CONCLUSÃO

O que se pode concluir desse trabalho é que demandaria um tempo maior e com mais disponibilidade para poder observar, investigar e conhecer de perto a realidade familiar dessas crianças, o contexto social em que estão inseridas, podendo dar maior detalhes, aprofundando o estudo teórico.

Conclui-se que embora haja discussões sobre o tema na escola há pouca clareza por parte do professor frente a esse estudo. A elaboração desta pesquisa permitiu-me a apreender como professores do Ensino Fundamental veem a relação entre alfabetização e letramento nos anos iniciais de alfabetização, notou-se que esses docentes se preocupam em formar cidadãos que não apenas lêem, mas que saibam produzir, interpretar e contextualizar as várias leituras de mundo podendo a partir daí, formar cidadãos críticos, reflexivos e capazes de serem bem sucedidos.

REFERÊNCIAS

CASASSANTA, Lúcia Monteiro, As Mais Belas Histórias, Coleção Didática de Minas Gerais, IV livro, Editora do Brasil em Minas Gerais S.A., Belo Horizonte, MG.

CÔRREA, Rosa Maria. Um olhar sobre a eficácia da Educação Escolar. In: _____ Dificuldades no aprender um outro modo de olhar. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, 2001, p. 15-63.

ESPÓSITO, Yara Lúcia. As muitas facetas da alfabetização. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRO, Emília. Reflexão sobre alfabetização. 24ª ed. São Paulo. Ed. Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir e Soares, Magda. Alfabetização tem o mesmo significado. Pátio. Ano IX, Nº 34, MAI/JUL. 2005.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 1986. 96 p.

GRIFO, Cleonice. Dificuldades de aprendizagem: Perspectiva do Aprendiz. Faculdade de Educação da EUMG, Belo Horizonte, 1996.

<http://.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf>- Acesso em: 25 jun. 2014.

_____, Educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

KEIMAN, Ângela B. (Org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a tática social da escrita. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

LEMLEM, M. Guia teórico da alfabetização. São Paulo, 1991. Ensinar ou Aprender.

PÉREZ, Francisco Carvajal & Garcia, Joaquim Ramos. Trad. Cláudia Schillig. Ensinar ou aprender a ler e escrever? Porto alegre: Artmed Editora Artes Médicas, 2001, p. 55 a 137.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Letramento: um tema em três gêneros. 2ª ed. Elo Horizonte: Autêntica, 2001. 128 p

TEBEROSKY, Ana. Além da Alfabetização. Organizado por Ana Teberosky, Lílian Tolchinisky Editora Ática São Paulo, 2003. 4ª ed., p. 55.

APÊNDICE

Anexo 2

QUESTIONÁRIO COM AS CRIANÇAS

1) Qual a profissão de seus pais?

PAI:

MÃE:

2) Você mora em casa própria?

() SIM

() NÃO

3) Na sua casa tem:

SIM () NÃO () – Televisão

SIM () NÃO () - Telefone

SIM () NÃO () – Rádio

SIM () NÃO () - Computador

SIM () NÃO () - Vídeo Game

SIM () NÃO () - DVD

SIM () NÃO () - Vídeo Cassete

4) Seus pais assinam revistas e jornais?

() SIM

() NÃO

5) Seus pais lêem? O que?

() Revistas

() Jornais

() Livros

() Contas: Telefone, Água, Cemig

() Propaganda, folhetos

() Não lêem

6) E você o que lê?

() Livros

() Bula de remédio

() Livros

() Faixas/cartazes

() Revistas

() Não lêem

7) Você gosta de lê?

() SIM

() NÃO

8) Você frequenta a biblioteca?

() SIM

() NÃO

9) Você faz os deveres sozinho ou tem ajuda de alguém?

() SIM

() NÃO

10) Explique porque você gosta ou não de lê.

11) Você considera a leitura importante? Sim ou não e por quê?

12) Para que serve a leitura? Explique.

Anexo 3

PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LEEM.

ED.INFANTIL 1º E 2º PEI / 1ºANO/ 2ºANO/ 3ºANO.

NO PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LEEM, VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE:

- ❖ RECONTAR A HISTÓRIA PARA OUTRAS PESSOAS, VIVENCIAR CENAS ATRAVÉS DOS PERSONAGENS;
- ❖ DESENVOLVER O GOSTO PELA LEITURA E COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA E LITERÁRIA;

COMO ACONTECERÁ:

- ❖ TODA SEMANA NA HORA DA TROCA DO LIVRO NA BIBLIOTECA, SERÁ SORTEADA UMA CRIANÇA PARA LER O LIVRO EM CASA (UM ADULTO PRIMEIRAMENTE DEVERÁ LER PARA ELA (E) SEMPRE APONTANDO COM O DEDO).
- ❖ A CRIANÇA DEVERÁ CONTAR A HISTÓRIA QUE OUVIU;
- ❖ DEPOIS FAZER O REGISTRO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE UM DESENHO, NO LOCAL INDICADO NA FOLHA QUE SEGUE A PARTE;
- ❖ NA SEGUNDA FEIRA, A CRIANÇA SERÁ RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA RÓDINHA, EM SALA DE AULA.
- ❖ VOCÊ DEVERÁ TER MUITO CUIDADO COM O LIVRO EVITANDO AMASSÁ-LO OU ESTRAGÁ-LO;
- ❖ NA FOLHA A PARTE, NO LOCAL "APRECIÇÃO", SEUS PAIS ESCREVERÃO O QUE ACHARAM DA HISTÓRIA.

CONTO COM VOCÊ! UM ABRAÇO!

ESCOLA MUNICIPAL "ÁLVARO FERREIRA RODRIGUES

APRECIÇÃO DOS PAIS POR ESCRITO DATA E ASSINATURA:

Anexo 4

PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LEEM.

ED. INFANTIL 1º E 2º PEI / 1º ANO / 2º ANO / 3º ANO.

FICHA

ALUNO (A) _____

TURMA: _____ PROFESSORA REGENTE: _____

PROFESSORA EVENTUAL: _____

LIVRO LIDO:

1 – TÍTULO: _____

2 – AUTOR: _____

ILUSTRAÇÃO FEITA PELO O ALUNO (A):

Anexo 5

PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LÊEM.

4º e 5º Ano

NO PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LÊEM, VOCÊS TERÃO A OPORTUNIDADE DE:

- ❖ RECONTAR A HISTÓRIA PARA OUTRAS PESSOAS, VIVENCIAR CENAS ATRAVÉS DOS PERSONAGENS;
- ❖ DESENVOLVER O GOSTO PELA LEITURA, COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA E LITERÁRIA;

COMO ACONTECERÁ:

- ❖ LEIA O LIVRO NAS ENTRELINHAS COM MUITA ATENÇÃO, DE PREFERÊNCIA NUM LUGAR BEM TRANQUÍLO;
- ❖ VOCÊ RECONTARÁ A **HISTÓRIA QUE LEU**; NUM SORTEIO QUE SERÁ FEITO NA TROCA DOS LIVROS NA BIBLIOTECA;
- ❖ DEPOIS FARÁ O REGISTRO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DAS COORDENADAS, NO LOCAL INDICADO NA FOLHA QUE SEGUE A PARTE;
- ❖ NO DIA DETERMINADO PELA ESCOLA, A CRIANÇA SERÁ RESPONSÁVEL PELA APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA NA BIBLIOTECA;
- ❖ VOCÊ DEVERÁ TER MUITO CUIDADO COM O LIVRO EVITANDO AMASSÁ-LO OU ESTRAGÁ-LO;
- ❖ NA FOLHA A PARTE, NO LOCAL "APRECIÇÃO", SEUS PAIS ESCREVERÃO O QUE ACHARAM DA HISTÓRIA.

CONTO COM VOCÊ! UM ABRAÇO!

ESCOLA MUNICIPAL "ÁLVARO FERREIRA RODRIGUES"

Anexo 6

PROJETO MINHA ESCOLA E MINHA FAMÍLIA LÊEM.

4º e 5º ANO

Leitor: _____

Turma: _____ Professor: _____ Professor Eventual _____

Nº	Titulo do livro	Data da Leitura	Apreciação		
			Não gostei	Gostei	Gostei muito
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					

Anexo 7

PROJETO MINHA ESCOLA LÊEM

4º e 5º ANO

ALUNO (A) _____ TURMA: _____

PROFESSORA REGENTE: _____

PROFESSORA EVENTUAL: _____

1-FICHA DE LEITURA

1.1 – TÍTULO DO LIVRO: _____

1.2 – AUTOR: _____

1.3- ILUSTRADOR: _____

1.4- EDITORA: _____ EDIÇÃO: _____ PUBLICAÇÃO _____ Nº PÁG. _____

2- PERSONAGENS:2.1 - QUEM SÃO? _____
_____2.2 -O QUE FAZEM NA HISTÓRIA? _____
_____**3 – LOCAL:**3.1– ONDE SE PASSA A MAIOR PARTE DA HISTÓRIA? _____
_____3.2 COMO É ESSE LUGAR? _____

4 – TEMPO:

4.1 QUANDO ACONTECEM OS FATOS? _____

4.2 COMO VOCÊ SABE DISSO? _____

5 – ENREDO:

5.1 – QUAL É IDÉIA PRINCIPAL DA HISTÓRIA? _____

5.2 – QUAL A PARTE DA HISTÓRIA VOCÊ MAIS GOSTOU? _____

6 – DÊ A SUA OPINIÃO SOBRE O LIVRO QUE VOCÊ LEU.

APRECIÇÃO DOS PAIS POR ESCRITO DATA E ASSINATURA:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

ALDAIR RODRIGUES RESENDE

ALESSANDRA DA SILVA ALVES PESSIM PEREIRA

FLORECENA DE MELO OLIVEIRA NOGUEIRA

GEOVANETE PIASSI FERREIRA

ROBERTA CECÍLIA ARAÚJO BARROSO

ROSÍ IMACULADA MARTINS

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3.CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS.....	29

INTRODUÇÃO

Tendo como principal objetivo a formação íntegra dos alunos, pautada no respeito, ética e o conceito de cidadania, é preciso viabilizar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. O mesmo deve conter todas as diretrizes e metas a serem alcançadas por toda equipe escolar. O trabalho coletivo e contínuo também deve dar suporte para todo processo de adequação, implementação e avaliação.

O PPP de uma instituição é o eixo central para construção da qualidade na educação nas escolas. Deve ser elaborado envolvendo toda a comunidade escolar, partindo do pressuposto de onde estamos, para onde queremos ir e o que fazer para se chegar lá. Seu principal objetivo deve ser ressignificar o trabalho dentro da escola. Nasce a partir do desejo e ansiedade de melhorar a educação e da necessidade de se preparar os gestores escolares, para lidar com as questões relativas à educação, avaliação, conselhos escolares. Através do PPP buscamos a participação, reflexão, desconstrução e construção de novos conceitos como dizia Azevedo,

Apesar de tais constatações, é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. (AZEVEDO, 2010, p.2).

A responsabilidade de uma instituição escolar é sempre muito complexa, devendo estar a serviço de toda comunidade escolar, com muita competência e qualidade em suas ações. Deve-se buscar melhorar a qualidade de ensino obtido pelas crianças tendo como propósito ajudá-las melhorar sua realidade atual e buscar transformá-la em prol de melhores condições de vida na sociedade.

Na instituição escolar, Madre Maria dos Anjos Amorim, a administração, equipe pedagógica, corpo docente e demais funcionários, trabalham visando transmitir conhecimento e entusiasmo pelo ensino-aprendizagem. Busca-se também uma conexão com a afetividade e auto-estima dos educandos. Nessa perspectiva o trabalho pauta-se muito na ética e no bem comum.

A Escola funciona em um bairro de periferia na cidade de Cláudio-MG, em prédio próprio, à Rua Francisco Martins Amorim, número trinta e cinco no Conjunto Habitacional Santa Maria, seu e-mail: emmadredosanjos@hotmail.com, telefone (37) 33812571. Conta com aproximadamente seiscentos alunos, sendo seis salas de Educação Infantil, quatorze salas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e quatro salas de Projeto Educacional em Tempo Integral. Dentro desta instituição escolar existe assistência pedagógica nos dois turnos, três secretárias, vinte e quatro professores, dois professores eventuais, dois professores de biblioteca, uma professora recuperadora, uma professora da sala de recursos, um professor de música, dois professores de educação física, dez ajudantes de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Sendo o Projeto Político Pedagógico uma ferramenta muito importante na administração escolar, torna-se um planejamento a longo prazo, que precisa ser subsidiado com consciência, percebendo as potencialidades da escola e também suas dificuldades. É um processo de muitas tomadas de decisões que pressupõe gestão participativa e democrática, construindo assim, um planejamento de cunho coletivo que possa atender aos anseios de toda comunidade escolar. Nesse sentido Oliveira já dizia,

O PPP da escola deve, de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua

constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Neste aspecto vale ressaltar a construção coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, no qual o gestor gerencia as tomadas de decisões a fim de, facilitar todo processo de criação e reconstrução das metas e objetivos delimitados no projeto. Sendo um líder na instituição, o gestor deve criar as situações favoráveis para desenvolver os projetos e ações delimitados no PPP. Estecria realmente condições de efetivar a aprendizagem dos alunos, melhorar o currículo da escola, o espaço físico, os processos de decisões que envolvem toda comunidade escolar, as relações de trabalho e o processo de avaliação da escola.

Assim não se pode pensar o PPP da escola como um projeto feito e acabado, ele deve ser flexível, inovador e sempre avaliado, com intuito de aprimoramento. Por ser uma proposta de longo prazo e apresentada numa gestão democrática, o mesmo deve ser adequado às exigências e anseios do momento para que assim atinja os seus objetivos como podemos ver nos dizeres de Souza,

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p. 1).

Neste sentido, seus objetivos só serão realmente alcançados com uma gestão democrática e participativa, no qual todos os segmentos da instituição juntos, busquem possíveis soluções para todo coletivo da escola. É no processo de discussão, debates e sugestões que está à garantia do sucesso ou fracasso escolar.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Pensar sobre ensino-aprendizagem em plena era da globalização demanda estar atenta no mundo tecnológico e inovador no qual as crianças de hoje tem acesso. Nesse sentido, a educação precisa ser repensada e recriada através de muito conhecimento e capacitação de todos envolvidos. Para se obter êxito no ensino-aprendizagem dos alunos é também importante que o professorado esteja atualizado e bem preparado para mediar o conhecimento a fim de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Essa mediação do conhecimento deve levar em conta a teoria e a prática, buscando sempre a práxis, tornando, portanto, elo de ligação, também, com a realidade dos educandos. Assim, a escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim busca a valorização da cultura e da realidade das crianças, transformando o conhecimento em algo significativo, como podemos ver em Dourado,

As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem sócio-econômica e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem. (DOURADO, 2010, p.8).

Toda filosofia da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, está pautada na proposta do sócio-construtivismo. Tendo como parâmetro a construção do conhecimento a partir da própria vivência das crianças. O meio no qual as crianças estão inseridas é sempre levado em conta, principalmente, por situar-se em um bairro de periferia com bastante problemas sociais.

Busca-se desenvolver durante a aprendizagem dos alunos uma consciência nos educandos para que se desenvolvam culturalmente, fazendo uso ético dos conhecimentos adquiridos e que tenha na instituição escolar, uma referência para projetarem uma vida digna e justa que valorize e respeite a pluralidade cultural da sociedade.

A construção da aprendizagem dos alunos baseia-se na construção coletiva, em que todos os envolvidos no processo de educação participam, eles não só se inteiram do conhecimento, mas se apropriam dele, sendo, portanto capazes de utilizá-lo em seu próprio benefício. O processo de ensino-aprendizagem é socializador e deve ser visto como fruto de um trabalho coletivo no qual o aluno interage com o meio ambiente, as pessoas e toda sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura da instituição é formada pelos órgãos em funcionamento da Unidade Escolar, diretoria, órgãos do colegiado, serviços de apoio administrativo e pedagógico. A diretoria é formada pelo diretor e vice-diretor, sendo o diretor o representante legal que administra a Escola, devendo cumprir sua função visando o bem comum da comunidade escolar.

Sendo assim, a administração escolar exige um bom planejamento, organização, execução, avaliação e uma gestão democrática. Administrar uma escola é bem mais que acompanhamento, apoio e cobrança, é também o desafio de se educar pessoas. Portanto, administração escolar torna-se uma tarefa bem complexa, como diz Gonçalves,

A administração tem por finalidade conseguir economia do tempo, enquanto que a administração escolar o objetivo é educar as crianças, os jovens e os adultos. É tarefa diferente de qualquer outra administração, muito mais complexa. A administração escolar envolve não só as crianças, pais, mestres e funcionários, mais toda a coletividade, envolve também os próprios interesses nacionais. (GONÇALVES, s.d. p.23).

Percebe-se, portanto que a escola é um todo e como equipe todas as partes são fundamentais para o bom desenvolvimento do estabelecimento. Sendo que para o seu sucesso o trabalho coletivo é essencial.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola conta com um quadro escolar bastante abrangente e que na medida do possível atende a demanda da mesma. A instituição conta com os seguintes cargos para seu funcionamento: diretor, vice-diretor, secretárias, pedagogas, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor qualificado para sala de recursos, ajudante de serviços gerais, psicóloga da educação, nutricionista e o colegiado.

O diretor e vice-diretor delegam as tarefas e buscam gerir a escola de maneira democrática e participativa. As tomadas de decisões são vistas para o coletivo, o diretor não só toma a decisão, mas participa das ações. Quando se determina as ações todos participam inclusive o diretor e o vice-diretor. O poder descentralizado divide as responsabilidades entre todo o grupo como já dizia Gonçalves (s.d. p.32), “Na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentralizando o poder distribuído responsabilidades entre todos.”

A parte burocrática da escola fica com as secretárias, que cuidam dos livros de registros da vida escolar dos alunos, transferências, matrículas, ou seja, tudo que envolve a parte de registros dentro das leis sobre os alunos. A limpeza e merenda são de responsabilidade das ajudantes de serviços gerais que executam com esmero tais tarefas.

Já a estrutura física da escola é muito boa, bem arejada, com muitas salas de aula, quadra coberta, parquinho, ampla área gramada, um bom refeitório, sala dos professores, sala de computação, secretaria, sala da direção e é importante ressaltar que a mesma possui espaços com acessibilidade. Porém, sempre pode-se

melhorar as instalações do prédio, já que a mesma atende tanto o Ensino Fundamental quanto a Educação Infantil.

Neste sentido o próximo subtítulo aborda a estrutura pedagógica da escola a fim de mostrar como o restante de todo grupo trabalha em prol do desenvolvimento da escola de maneira consciente e participativa.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O calendário escolar do município conta com 200 dias letivos distribuídos entre quatro bimestres. Nele consta os feriados, recessos, Dia D – Toda a escola deve fazer a diferença, Toda comunidade participando, as festividades da escola, assembléias, conselhos de classe, reuniões técnico-pedagógicas, dias de planejamento e formação continuada. Tudo distribuído visando o bom andamento do ano letivo conforme anexo 1.

A estrutura pedagógica da escola conta com pedagogos, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor especializado para sala de recursos, psicóloga, nutricionista e acompanhamento da gestão. Estes profissionais específicos foram citados devido a sua necessidade e as funções diferenciadas que executam. Temos escolas no município especificamente do estado que não possuem esta variedade de profissionais. Sendo estes fundamentais para o bom desenvolvimento da escola como um todo.

Mesmo com este variado quadro funcional para acompanhar o desenvolvimento pedagógico das crianças, a escola ainda não atende adequadamente a sua demanda. É preciso além desses profissionais: neurologista, fisioterapeuta, psicopedagoga. Percebe-se que o número de crianças com algum comprometimento vem crescendo nas escolas e precisamos de uma equipe multiprofissional para dar conta de atender as mesmas com qualidade.

É preciso mais investimento das políticas públicas para se ter realmente uma educação de qualidade e que seja referência. Acredita-se que é preciso também oferecer durante o tempo que as crianças estão na escola, um tempo de qualidade

no qual possam desenvolver suas potencialidades e compreender também sua realidade como diz Cavaliere,

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma da sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1017).

A escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, atualmente atende a Educação Infantil (1º e 2º Período, cerca de 130 alunos), Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, cerca de 345 alunos e o Projeto Educacional em Tempo Integral (1º ao 5º Ano cerca de 122 alunos). Sua clientela é bastante diversificada, com muitos alunos oriundos de outras cidades, que muitas vezes chegam à escola com grande defasagem escolar, suas famílias desestruturadas e em condições financeiras comprometidas, muitas dessas famílias vem para cidade em busca de trabalho.

Para atender toda essa diversidade, o trabalho precisa ser bem planejado e contar com bons profissionais para realização das tarefas. Um impasse que se percebe na escola é quanto ao seu quadro escolar. O quadro escolar conta com muitos funcionários contratados, que ano após ano são modificados e não dão continuidade a proposta pedagógica da instituição, o que compromete a aprendizagem dos alunos e seu desenvolvimento como um todo. Os profissionais efetivos são divididos entre as diversas turmas para subsidiar e procurar auxiliar o trabalho dos contratados.

Outra estratégia adotada pela instituição é utilizar um professor recuperador para ajudar na aprendizagem dos alunos com defasagem, colocá-los também no Projeto Educacional em Tempo Integral, já que o mesmo agora conta verbas do Mais Educação que garantem a contratação de oficinairos que trabalham de maneira lúdica as dificuldades das crianças.

A escola também conta com um projeto desenvolvido pelas próprias docentes o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), o qual tem como objetivo traçar metas e estratégias para sanar as dificuldades das crianças. O PIP possui atividades específicas para ajudar os alunos vencerem suas defasagens e apropriar-se do conhecimento. Todas essas ações são muito bem planejadas e estão no Projeto Político Pedagógico da escola, com as metas, estratégias e ações. O acompanhamento diário é feito pela pedagoga e direção. Contudo, ainda se tem como meta, sanar as dificuldades de aprendizagem das crianças e viabilizar cada vez mais uma educação de qualidade para as crianças.

Pretende-se em breve começar colher os frutos dessa jornada de trabalho, diminuindo o número de crianças com mais dificuldades, alfabetizando cada dia mais as crianças no tempo certo e ainda aumentando notas nos índices do governo.

3. CURRÍCULO

Pensar em um currículo pressupõe planejamento escolar, pois é na escola, na família, na vida social, que a criança adquire seus saberes. Esse momento é uma oportunidade de todos os envolvidos no âmbito escolar refletirem sobre que educação quer transmitir aquela comunidade escolar. Momento de se garantir uma educação de qualidade que seja capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Tendo como referência a era globalizada e tecnológica na qual estamos inseridos, se faz necessário um ensino inovador que consiga atrair a atenção dos educandos. Portanto, o currículo não deve conter somente as disciplinas tradicionais, é preciso também inovar, ou seja, incluir modalidades atuais e que estejam no cotidiano dos alunos. Assim os mesmos adquirirão conhecimento que possam também ser utilizados no seu dia a dia.

Os currículos já foram, de certa forma, impostos pela hierarquia em que se formava sujeitos passivos que não buscavam transformar sua realidade. Hoje a preocupação é contrária, é necessário sim, formar sujeitos ativos que se adaptam ao mundo de hoje. Um mundo capitalista, consumista e tecnológico. É preciso desenvolver as diversas habilidades dos sujeitos para transformá-los em seres humanos pensantes e atuantes. E para viabilizar esse processo, um dos passos essenciais é reformular os currículos, como vemos em Moreira,

Como reformar currículos é alterar a prática da educação, está-se diante de problemas de relação entre teoria e prática que interessa e concerne a muitos, não apenas aos técnicos, aos especialistas e aos professores. Cabe, então, promover o diálogo entre esses grupos, como estendê-lo para além das escolas, das universidades e dos sistemas escolares. (MOREIRA, 2000, p. 131).

A grade curricular(ANEXO2) é dividida conforme exigências legais e visa contemplar as disciplinas como um todo. Busca-se encaixar todas as áreas do conhecimento a fim de formar o sujeito em sua totalidade. Podemos verificar esta distribuição na grade curricular que se encontra no anexo 2 deste documento.

observando a LDB, especificamente o artigo 26 da lei 9394/96, verificamos um currículo que deve abranger obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, principalmente do Brasil. O estudo da disciplina de História contribui para se repassar a cultura e etnias do povo brasileiro. A arte sendo também um componente obrigatório, tem a possibilidade de ampliar o campo referencial das crianças através do lúdico, com muita criatividade e manifestações de talentos. Outra disciplina obrigatória é a educação física que vem adaptando-se as diferentes modalidades de ensino.

Assim sendo, é realmente importante um currículo base, mas a parte diversificada deve ressaltar os interesses de cada região, bem como seus anseios. Na escola mencionada, a parte diversificada abrange todo o Ensino Fundamental com aulas específicas de música. Essa modalidade de disciplina tem contribuído muito para a concentração e desenvolvimento cognitivo das crianças. Outro fator importante que percebe-se com a implantação dessa modalidade de ensino é que a música mexe com os sentimentos das crianças tornando-as mais sensíveis e também melhorando sua convivência social.

O currículo escolar também não pode ficar preso somente nos conceitos, ou seja, no saber, é preciso viabilizar para estas crianças o saber fazer e o saber ser, perante o mundo em que vivemos. Neste sentido é de suma importância propiciar condições

reais de aprendizagem, um ensino mais diversificado possível e qualidade no que for ensinado.

Saber valorizar a participação dos alunos durante o processo de aquisição do conhecimento também é muito importante, vale lembrar que é preciso delegar aos mesmos responsabilidades, fazê-los perceber a oportunidade que lhes é ofertada e ajudá-los compreenderem o peso de suas decisões. É este processo de assimilação e apropriação do conhecimento, que torna o sujeito construtor e ressignificador de sua realidade.

Dessa forma o currículo da instituição procura abranger todas as diversidades das crianças, tendo como meta a aprendizagem significativa dos alunos, a meta é assegurar a capacidade do educando aprender, propiciando condições para que o mesmo tenha seu direito à educação assegurado, tarefa que não é fácil de ser alcançada, como podemos ver nos dizeres de Moreira,

Por outro lado, além das exigências legais, há de se ressaltar a sensível dificuldade de se implantar em um sistema escolar uma proposta que de fato configure um rompimento com as limitações disciplinares. A familiaridade dos professores com as disciplinas, adquirida na prática que desenvolvem, nos livros didáticos com que trabalham – também eles organizados segundo as disciplinas -, bem como na formação recebida nos cursos frequentados, acaba por promover a internalização dos princípios da disciplinaridade e por criar um *habitus* difícil de ser superado. (MOREIRA, 2000, p. 127-128).

Repensando a proposta curricular, desejamos uma educação mais integrada, que reconheça a multiplicidade de agentes e fontes de informação; mudando paradigmas, buscando novas alternativas educacionais e contextualizando os conteúdos curriculares. Portanto, o currículo torna-se uma peça fundamental para ressignificar os caminhos da educação. Faz-se necessário para servir de referência como um fio condutor que avança em busca de uma educação de qualidade. Uma educação que possibilite os educandos uma autonomia de viver melhor em

sociedade. Para tanto, o currículo deve ser aberto e flexível podendo adaptar-se as exigências do cotidiano.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola organiza seu tempo dentro das disposições legais e de maneira que atenda sua clientela. Devem constar no Plano curricular a carga mínima de 200 dias letivos, oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos anuais. São quatro bimestres com cinquenta dias letivos em cada um e as aulas são ministradas cinco dias na semana. Contamos com dois turnos em funcionamento, matutino que atende do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental e o vespertino que atende a Educação Infantil 4º e 5º Período, Projeto Educacional em Tempo Integral - PROETI (1º ao 5º Ano) e o 1º e 2º Ano do Ciclo Complementar da Alfabetização.

Percebe-se que a aprendizagem dos alunos acontece, não somente dentro das salas de aulas, mas sim dentro de toda estrutura física da escola. A mesma possui um amplo pátio com mesas para estudo, brincadeiras e jogos, uma biblioteca bem equipada, quadra coberta, área gramada, jogos pintados no pátio. Assim sendo, o ambiente tem sido usado a serviço da estimulação contínua da aprendizagem dos alunos. As salas são bem equipadas com TVs e DVDs em todas, temos um bom laboratório de informática que ajuda enriquecer as aulas com o uso da internet. Mas é preciso um pouco mais de apoio das políticas públicas para se obter melhores resultados educacionais, como podemos ver nos dizeres de Dourado,

Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, dentre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas sócio-econômico-culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de sociedade educadora, onde a escola cumpra a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantindo condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social. (DOURADO, 2010, p.14).

A organização do tempo pedagógico é planejada mensalmente por cada série/ano, com módulos duas vezes por mês, durante duas horas acompanhado pela pedagoga. Seguimos um planejamento anual que é elaborado no início do ano com

a participação dos docentes e vai se adequando sempre que se faz necessário. Contamos também com a supervisão pedagógica do Departamento Municipal de Educação de Cláudio-MG, onde existem pedagogas que dão suporte as pedagogas da escola.

A escola conta com um amplo material didático para subsidiar o trabalho dos docentes. Com as verbas destinadas à escola a gestão está sempre adquirindo novos materiais para melhorar a aprendizagem dos alunos. Quanto à parte escrita, ou seja, sua escrituração está em dia, de acordo com as leis vigentes. O cardápio conta com as orientações de uma nutricionista para deixá-lo sempre nutritivo e com qualidade.

A merenda escolar é feita seguindo as recomendações da nutricionista, com um cardápio variado. As crianças do ensino regular contam com uma refeição diária. Já os alunos do PROETI se alimentam quatro vezes ao dia. Sendo um café, um almoço, outro café e uma fruta acompanhada de um iogurte ou vitamina, ou gelatina. As crianças do PROETI têm horário da higiene pessoal e bons hábitos tudo sobre a supervisão de um docente.

Com os repasses do governo, em especial do Programa Mais Educação, a escola tem ampliado o tempo com qualidade dos educandos. Principalmente os alunos que participam do PROETI¹, os mesmos têm contado com oficinas bastante proveitosas e que visam produzir de maneira lúdica mais conhecimento para os mesmos. São oficinas de acompanhamento pedagógico,

¹ Projeto Educacional em Tempo Integral atende as crianças na escola durante o dia todo.

alfabetização e letramento, matemática, horta, histórias em quadrinhos, natação. Todo investimento tendo em vista melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem, como percebemos nos dizeres de Dourado,

A exigência contemporânea de melhoria da qualidade da educação tem levado os países e os sistemas educativos a reconhecerem a complexidade do fenômeno educacional e a pensarem a questão da qualidade em toda a sua complexidade, o que inclui reconhecer os fatores externos e internos que afetam a aprendizagem das crianças, jovens e adultos. A educação de qualidade tem se tornado uma exigência da sociedade atual, assim como a ampliação do tempo de escolarização, o que de certa forma tem contribuído para o entendimento da educação como um bem público e direito social, colocando-a, sobretudo, na esfera das obrigações e dever do Estado. Tal situação tem se configurado no panorama internacional a partir de acordos, planos e metas comuns voltados à garantia de acesso e permanência com qualidade social. (DOURADO, 2010, p.16).

Todos os investimentos na qualidade do tempo na escola, têm como objetivo intensificar e efetivar a aprendizagem dos alunos. Tarefa que não é fácil, mas tem-se procurado realizar através das inferências pedagógicas e auxílio de todos envolvidos no processo. Garantir a qualidade do tempo dos alunos na escola tem sido o desafio, não podemos somente oferecer o ensino, é preciso que o ensino ofertado seja condizente com as necessidades do momento. Ou seja, com as necessidades exigidas no mundo de hoje, um mundo extremamente capitalista, consumista e tecnológico.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de tomadas de decisões da escola, Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim acontecem de maneira participativa e democrática, como também vem sendo a gestão da escola. As decisões buscam o bem comum dos discentes a fim de promover uma aprendizagem eficiente. Tais processos também buscam o apoio da comunidade escolar.

Percebe-se que quanto à escolha do diretor a escola no ano de 2013 retrocedeu no processo democrático. Pois, por motivos políticos, a escola já vinha escolhendo seu diretor através de eleição e no final do ano de 2012, deveria ter acontecido uma eleição para diretor. O prefeito do mandato anterior não realizou tal eleição e o atual prefeito não quis promovê-la. Por este impasse político no ano de 2013 o diretor foi indicado. O fato de não acontecer uma eleição e sim uma indicação, num município em que o plano de carreiras contempla esta ação, deixou muitos profissionais insatisfeitos. O que de certa maneira não causa satisfação à classe docente.

Mas ao se elaborar o Projeto Político Pedagógico desta instituição, o processo democrático tornou-se efetivo. Na sua elaboração vários seguimentos foram essenciais para construir e reconstruir a identidade da escola, buscando delimitar suas metas, ações e as novas diretrizes que norteiam todo trabalho da comunidade escolar. Dentre todo este processo a participação dos pais, professores, conselheiros, diretora, serviçais, secretárias, alunos e a toda comunidade escolar, foi de extrema importância. A interação entre todos esses participantes não foi só um “ficar junto”, mas um momento único de trocar ideias, dividir tarefas, mas também, um momento ímpar na superação de dificuldades e divergências, nesse sentido Barreto já diz,

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres da casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. (BARRETO, s.d, p.3).

Nesse sentido a escola buscou formar seu colegiado para assegurar os processos de decisões futuros. O colegiado assumi uma função de auxiliar a gestão na administração da escola, de maneira democrática. O mesmo se reúne sempre que se fizer necessário, ou seja, quando é preciso decidir assuntos de relevância financeira e administrativa, participando com menor frequência da parte pedagógica.

O gestor busca então descentralizar seu poder a fim de garantir uma maior participação de todo grupo. As tarefas são divididas entre os docentes, pedagogos e demais funcionários tornando o andamento da escola algo o mais natural possível. A capacitação e apoio pedagógico para os docentes são oferecidos a contento. Portanto a gestão caminha com democracia, participação oferecendo espaços para informações, transparência administrativa e divisão do poder.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Gerir uma escola tornou-se uma tarefa muito complexa, que exige muito discernimento e conduta ética, capaz de vencer os obstáculos do dia a dia. É preciso conhecer leis, averiguar os interesses da instituição e ainda saber lidar com a parte humana, ou seja, reconhecer que dentro de uma escola lidamos todo dia com pessoas diferentes que buscam de alguma maneira o conhecimento.

Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola também visa o bom relacionamento entre todos os integrantes da mesma. Sendo, necessário saber ouvir todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Tanto alunos, professores, comunidade escolar, gestores e demais funcionários. Através do diálogo e das relações entre as pessoas, as decisões e o planejamento futuro das ações serão mais fáceis de se viabilizarem e a gestão se torna cada dia mais democrática, como podemos ver nos dizeres de Cury,

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. (CURY, 2006, p. 22).

Percebe-se, que estas relações nem sempre são harmoniosas, é preciso à intervenção do gestor para conduzir da melhor maneira este convívio. Sendo o gestor então um mediador entre as conversas, decisões e tomadas de decisões. Faz-se necessário também ser muito aberto ao diálogo, a possíveis questionamentos e flexível nesse processo. Ou seja, o gestor deve ter como meta, sempre atender aos anseios do coletivo, já que todos os envolvidos no processo da educação de certa maneira também dão sua contribuição para gestão como vemos com Japecanga,

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPENGA, s.d. p.46).

Um impasse na instituição é que alguns profissionais não assumem a profissão como prioridade não inova sua prática e assim dificultam a transformação da sociedade. Ainda evidencia-se práticas individualistas que nada contribuem para o desenvolvimento da instituição. O desafio é conseguir de alguma maneira, engajar todos os docentes nesse processo contínuo de melhorar a educação. E também viabilizar uma educação de qualidade, eficiência e que seja interessante para os educandos deste século XXI.

Neste sentido, uma maneira de também conduzir as relações de trabalho com eficiência, é descentralizar seu poder. Atribuindo aos diversos setores da educação suas funções. Assim, cada um se sente parte integrante do processo ajudando toda estrutura caminhar em busca do sucesso. E o processo ensino-aprendizagem tem mais possibilidades de dar certo, pois, o trabalho coletivo com certeza colhe melhores frutos.

7. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dentro de uma unidade escolar também é um medidor de qualidade no ensino. Mas a avaliação não teve ter caráter de punição, e sim servir de ponto de partida para avançar no desenvolvimento cognitivo da criança. Torna-se mais uma ferramenta que pode ser utilizada para conduzir o processo de assimilação e acomodação do conhecimento.

Sem dúvida pensar avaliação é uma tarefa bastante complexa que deve ser vista como um processo diário e contínuo e não classificatório. É preciso compreender o processo de aprendizagem dos alunos para assim avaliá-los. Nesse sentido se pensarmos nas avaliações externas que nossos alunos são submetidos a realizar temos um impasse. Trabalhamos dia a dia para valorizar as habilidades de cada criança, capacitá-las para lidar com o dia a dia de acordo com sua realidade. De repente chega às avaliações externas que cobram tudo igual de todos os alunos com diferentes bagagens e vivências. Não seria uma contradição na educação?

Como falar em processo, em reconhecer as habilidades e competências de cada criança, se o sistema nos cobra algo contrário? Devemos nós continuar com a ideologia e missão da escola? Ou simplesmente treinar nossos alunos a fazer provas? Tais questionamentos perpassam os pensamentos e discussões do corpo docente da escola, pois acreditamos que a avaliação não acontece de uma hora para outra é um processo que exige retomada a todo o momento como vemos nos dizeres de Sousa,

Sem dúvida, a perspectiva de avaliação aqui explorada não é algo que se viabiliza em curto prazo e sem embates e impasses, pois supõe uma mudança da lógica que orienta de modo dominante a organização e a dinâmica das escolas e dos sistemas de ensino como um todo. No entanto, penso que vale a pena enfrentarmos o desafio de construir um processo de

avaliação capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática. (SOUSA, 2005, p.6).

Sendo assim, a instituição avalia o aluno dia a dia, num processo contínuo, almejando o sucesso do aluno, o professor parte de onde a criança está e dá continuidade a construção de seu conhecimento dando assim, uma sequência pedagógica ao desenvolvimento como um todo do discente, valoriza-se as qualidades e peculiaridades dos alunos, incentivando-os a superar suas dificuldades. Já a avaliação do PPP está deixando a desejar o mesmo ainda não foi avaliado pelos membros da equipe escolar e de toda comunidade, certifica-se que está na hora que avaliá-lo para que se necessário efetivar mudanças.

O processo de avaliação e reconstrução do PPP se dará com reuniões entre o colegiado e os demais funcionários da escola. Novas sugestões, ações e metas serão traçadas, e todos, cada um no seu segmento poderá contribuir para o desenvolvimento da escola. Será importante também ressaltar os aspectos positivos para melhorá-los e aperfeiçoá-los e corrigir os aspectos negativos, a fim de alcançar uma aprendizagem mais significativa para nossos alunos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da instituição baseia-se na concepção construtivista, na qual o aluno é sujeito ativo na construção do seu saber, interagindo produtivamente nesta elaboração, tendo como propósito uma aquisição mais significativa do conhecimento adquirido, como podemos perceber nos dizeres de Cury, 2006,

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de produção às mais elaboradas formas de estética. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e de múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2006, p.10).

A partir de sua implementação, vários frutos positivos já podem ser vistos na instituição, hoje, a identidade da escola e suas metas estão bem definidas, assim como seus desafios. Alguns profissionais estão mais motivados e com práticas inovadoras, os alunos já perceberam algumas mudanças e estão mais participativos. Muitos pais já participam efetivamente da vida escolar de seus filhos podendo ajudá-los na construção de sua aprendizagem. Atualmente não temos evasão na escola, a frequência é boa e a indisciplina diminuiu bastante.

Um dos principais problemas visto para plena implementação deste Projeto Político Pedagógico, é a família terceirizar seus problemas para escola, não generalizando. Por ser uma escola de periferia, a mesma tem muitos problemas com as famílias desestruturadas, que não dão suporte a educação de seus filhos, ficando a escola muitas vezes ocupada com as questões sociais e o pedagógico tende a prejudicar-se. O número de famílias envolvidas com drogas, maus tratos, abusos sexuais, dificuldades financeiras vem crescendo e com isto cresce os problemas da escola, tornando o seu sucesso pedagógico mais difícil.

Para resolver um problema abrangente como as questões familiares, torna-se necessário ajuda de outras esferas governamentais, como o Município e Estado. Políticas públicas precisam ser implementadas para ajudar essas famílias saírem da condição em que se encontram e lutarem por melhores condições de vida. É preciso educar os filhos e restabelecer estas famílias na sociedade.

Por tudo mencionado no texto acima, colocar o Projeto Político Pedagógico em pleno funcionamento não é fácil, é preciso união de poderes para sua eficácia, pois o mesmo é resultado do trabalho coletivo sendo, portanto o fio condutor e articulador de toda escola.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. (Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e da nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 14 abr. 2014

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 29 jun. 2014

CLÁUDIO. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Encantada. Cláudio/MG, 2013

CURY, C. R. Jamil. **O Direito à educação: um campo de atuação do gestor.** Brasília, Ministério da Educação, 2006

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. Brasil: MEC/NEP. **A Qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Capítulo 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/8/6/23969914/getao_escolar_e_o_processo_de_decisao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014

JAPECANGA, Alaide Pereira. A Democratização da Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/indes.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em: 29 jun. 2014

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & sociedade**, ano XXI, nº 73. Dezembro/2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

SOUSA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição. Gestão e avaliação da educação escolar> Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria da Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005, p. 15 -22. 68p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

ANEXO 1



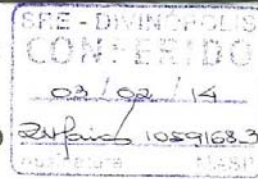
E.M.MADRE M^ª DOS ANJOS AMORIM
CALENÁRIO ESCOLAR DE 2014
EDUCAÇÃO INFANTIL – 1^º E 2^º PERÍODOS
ENSINO FUNDAMENTAL: CICLO DE ALFABETIZAÇÃO -3 ANOS
CICLO COMPLEMENTAR - 2 ANOS

DETALHAMENTO

MÊS	DIA	DETALHAMENTO
JANEIRO Férias :30 Dia escolar: 00 Dias letivos: 00	01 02 à 31	Feriado Férias
FEVEREIRO Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 20	03 26	Início do Ano Letivo e Escolar e Reunião Técnico Pedagógica-(extra turno) Assembleia da Comunidade Escolar (extra-turno)
MARÇO Dias Escolares: 02 Dias Letivos: 16	03 04 05 06 e 07 10	Recesso Escolar Feriado – Carnaval Recesso Escolar – 4 ^ª feira de Cinzas Formação Continuada Planejamento Reunião Técnico Pedagógica- extra turno
ABRIL Dia Escolar: 00 Dias letivos: 19	14 17 18 21 24	Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Recesso – 5 ^ª feira Santa Feriado – 6 ^ª feira Santa Feriado –Tiradentes Conselho de Classe
MAIO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	01 12 31	Feriado - Dia do Trabalho- Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica –(extra turno) Festa da Família / Festa Junina
JUNHO Dia Escolar: 01 Dias Letivos: 10	04 07 09 14 16 a 18 19 20, 23 a 27 e 30	Dia D – Toda a Escola deve fazer a Diferença-Dia Escolar Toda a Comunidade Participando na Escola-Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica -extra turno Início Férias Recesso Escolar Feriado – Corpus Christi Recesso escolar
JULHO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 14	01 a 04, 07 a 11 14 21	Recesso Escolar Início 2 ^º Semestre letivo Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno)
AGOSTO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	04 11 30	Conselho de Classe Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Aniversário da Cidade Cláudio – Dia Letivo
SETEMBRO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 23	06 07 08 13	Abertura dos Jogos Estudantis- Dia Letivo Feriado – Independência do Brasil Reunião Pedagógica (extra-turno) Festa - Aniversário da Escola (Sábado)
OUTUBRO Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 18	06 09 12 13 a 17	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Conselho de Classe Feriado Recesso Escolar
NOVEMBRO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 20	02 10 15 20 27	Feriado – Finados Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado-Proclamação Republica Dia Nacional da Consciência Negra e Indígena Assembleia da Comunidade Escolar (extra – turno)
DEZEMBRO Dia Escolar: 02 Dias Letivos: 14	01 08 18 19 22 e 23 23 25 24, 26, 29 a 31	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado – Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Cláudio Conselho de Classe Término do Ano Letivo Avaliação das Atividades de 2014 e Replanejamento Término do Ano Escolar Feriado - Natal Recesso Escolar
Momento Cívico: Último dia útil de cada semana. Lei nº 14.386 de 29 de outubro de 2002 – MG de 30 de outubro de 2002.		
-Grupo de Estudos- Quinzenalmente		
ANO LETIVO INDEPENDENTE DO ANO CIVIL, CONSTITUIR-SE-À DE: 200 Dias Letivos		

ANEXO 2

PLANO CURRICULAR – ANO 2014
MUNICÍPIO: CLÁUDIO



EDUCAÇÃO INFANTIL: 1º e 2º PERÍODO

	EIXOS DE TRABALHO	1º PERÍODO		2º PERÍODO	
		AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal e Social / Conhecimento de Mundo	Arte	3	60:00	3	60:00
	Identidade e Autonomia	4	80:00	4	80:00
	Brincar /Faz de Conta	4	80:00	4	80:00
	Linguagem Oral e Escrita	6	120:00	6	120:00
	Movimento/Corporeidade	4	80:00	4	80:00
	Música	3	60:00	3	60:00
	Natureza e Sociedade	3	60:00	3	60:00
	Matemática	6	120:00	6	120:00
	Educação Física	2	40:00	2	40:00
	Sub-total	35	700:00	35	700:00
	Recreio	5	100	5	100
	TOTAL	40	800:00	40	800:00

- NA EDUCAÇÃO INFANTIL, O RECREIO DEVE SER INCLUÍDO DENTRO DAS 800:00 HORAS.

INDICADORES FIXOS:

Duração do Módulo: Regência de Turma: **30 minutos**
 Nº de Dias Letivos: **200**
 Nº de Semanas Letivas: **40**
 Carga Horária Anual: **800:00 horas**
 Duração do Turno: **4:00 h.**

LEGENDA:

AS: Aulas Semanais
 CHA: Carga Horária Anual

OBSERVAÇÃO:

A Educação Ambiental, como prática educativa permanente, integrada e contínua permeia todos os eixos de trabalho – Lei nº 9795/99.

Carla Aparecida Santos
 Chefe do IME
 Chefe do Departamento Municipal de Educação
 Autorização nº 401123

Floreana de Melo D. Roqueira
 Diretora
 Aut. 401219
 Diretor (a)

[Assinatura]
 Inspectora Escolar

[Assinatura]
 Membro do Conselho Escolar

Cláudio, 27 de Janeiro de 2014.



E.M. MADRE MARIA DOS ANJOS ANDRIM
ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL
RESOLUÇÃO Nº 887/98 - Nº DE 20/02/98
RUA FRANCISCO MARTINS ANDRIM, 30 COIJA, HABITACIONAL SANTA MARIA
Tel. (031) 3181-2511 - CEP. 35.500-000 - CLÁUDIO - MINAS GERAIS

SRE - DIVINÓPOLIS
CONFERIDO

CURRICULAR - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) Ano 2014 LDB 9394/96 de 20/12/96 - Res SEE nº 2197/12 - PROJETO "PROJETO EDUCACIONAL TEMPO INTEGRAL" - 1º E 3º TURNO

ÁREAS DE CONHECIMENTO COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO											
	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO			
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
BASE NACIONAL	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00
		Arte	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Educação Física	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
	Matemática	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	
	Ciências da Natureza	Geografia	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00
		História	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00
	Ciências Humanas	Ensino Religioso	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Linguagens	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
	PD	Linguagens	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Música	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
TOTAL		25	800,00	25	800,00	25	800,00	25	800,00	25	800,00	
Acompanhamento Pedagógico	Letramento/Alfabetização	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	
	Matemática	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	
Cultura e Arte	Teatro	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Dança	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Esporte e Lazer	Recreação e Lazer	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Xadrez / Jogos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Cibercultura	Natação	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Educação Tecnológica	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Rádio Escolar	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	História em Quadrinhos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Seg. Alimentar Nutricional	Promoção e Saúde	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	
Educação Socioambiental	Ed. para Sustentabilidade	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Direitos Humanos e Cidadania	Direitos Humanos	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Sub Total		30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	
TOTAL DE CH.		55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	

Indicadores FINE

<p>Ciclo Inicial Módulo aula: 48 minutos Dias Letivos anuais: 200 Semanas Letivas: 40 Carga Horária anual: 800 horas Duração do turno: 4 horas Duração do recreio: 15 minutos</p>	<p>Oficinas: Módulo: 50 minutos Semanas letivas: 40 Carga Horária anual: 1000 horas Duração do turno: 5 horas Duração do recreio: 20 minutos</p>	<p>Funcionamento dos Turnos: Matutino: 07:15 às 12:15 horas Vespertino: 11:30 às 16:30 horas</p>	<p>Legenda: AS - Aulas Semanais CHA - Carga Horária Anual</p>	<p>Observações: Lei 12.491/07 - Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências. Lei 12.787/06 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos. Lei 9.795/99 - Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências. Lei 13.411/09 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos. Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/05 - História e Cultura Afro-Brasileira e das povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa. Lei 11.525/07 e Res SEE 1937/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História. Lei Federal 11.768/08 - Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte. São Paulo, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, brasilidade, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.</p>
---	--	--	---	--

Iara Aparecida Amador dos Santos
Chefe do Departamento Municipal de Educação
Autorização nº 40123

Floreana de Melo O. Riquiera
Diretora
Aut. 401219

M. M. M. M.
Membro do Conselho da comunidade Escolar
Cláudio 27 de Janeiro de 2014

Inspector

PLANO CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL – CICLOS INICIAIS
LDB 9394/96 de 20/12/96; ; Res SEE Nº 2197/201

ESCOLA: Municipal Madre M^a dos Anjos Amorim

MUNICÍPIO: Cláudio - MG

ANO: 2014



Áreas de Conhecimento/Componentes Curriculares			Ciclo da alfabetização						Ciclo complementar			
			1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
			AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00
		Arte	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Educação Física	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
	Matemática	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	
	Ciências da Natureza	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	
	Ciências	História	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00
		Geografia	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00
	Humanas	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	
	Ensino Religioso	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	
	PD	Música	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
Literatura		1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	
Total			25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00

<p>INDICADORES FIXOS</p> <p>Módulo aula: 48 minutos</p> <p>Duração do recreio: 15 minutos</p> <p>Duração do turno: 4:00 horas</p> <p>Nº de dias letivos anuais: 200</p> <p>Nº de semanas letivas anuais: 40</p> <p>Carga Horária Anual: 800 horas</p>	<p>Legenda:</p> <p>AS: Aulas Semanais</p> <p>CHA: Carga Horária Anual</p>
<p>Observações:</p> <p>Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.</p> <p>Lei 12.767/98 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências.</p> <p>Lei 13.411/99 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/08 – História e Cultura Afro - Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.</p> <p>Lei 11.525/07 e Res SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.</p> <p>Lei federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte.</p> <p>Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.</p>	
<p><i>Lara Aparecida Amorim Santos</i> Chefe do DME Lara Aparecida Amorim Santos Chefe do Departamento Municipal de Educação Autorização nº: 401123</p>	<p><i>Floreana de Melo C. Rogueira</i> Floreana de Melo C. Rogueira Diretora Aut. 401219</p> <p style="text-align: center;"><i>M. J. S. S.</i> Membro do Conselho Escolar</p>
<p><i>[Assinatura]</i> Inspetor</p>	
<p>Cláudio, 27 de Janeiro de 2014</p>	